



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

As crianças da aldeia Laranjeira Ñanderu: a busca pelo território como forma de resistência e como fonte de fazer-se criança Kaiowá.

Autoria: Tania Milene Nugoli (secretária de estado de Educação sed/ms), Antonio Hilario Aguilera Urquiza (UFMS) Oclecio Cabral (UFMS)

O presente work tem por objetivo descrever como vivem as crianças indígenas da aldeia Laranjeira Ñanderu, no município de Rio Brilhante, estado de Mato Grosso do Sul, como se relacionam com o território e como realizam seus caminhos em meio a busca pelo reconhecimento territorial. Apoiando-se em conceitos como: Tekoha, que pode ser entendido como lugar onde o Guarani e Kaiowá realizam seu modo de viver. Discutindo questões relacionada as retomadas territoriais e sendo a Aldeia Laranjeira Ñanderu uma área de retomada vêm a contribuir pois estando a criança presente nele, também contribui para fazê-lo, contribui para a retomada e assim a constituição territorial. Então podemos dizer que no decorrer do texto iremos não só descrever a criança Kaiowá, mais sim a criança kaiowá da aldeia Laranjeira Ñanderu. Levando em conta que esta população vive em uma situação de incertezas esperando decisões judiciais provisórias e sem atendimento dos órgãos competentes, nesse lugar estão em uma situação de vulnerabilidade, sem acesso a qualquer política pública, seja na questão alimentar, saúde, educação ou em qualquer outra área, exatamente pelo fato de não estarem em uma reserva regularizada pelo Estado. Assim o texto procura estabelecer as relações das crianças com seu território e como ao lutar por ele, junto aos adultos, contribui para o fazer-se criança Kaiowá, ou melhor como essa luta os faz crianças Kaiowá do Laranjeira Ñanderu.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: